

III-424 – GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA RIDE/DF E AS PERSPECTIVAS DA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO

Talita Pereira Diniz⁽¹⁾

Acadêmica do 6º período do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Brasília – Campus Gama

Luciano de Andrade Gomes

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB – Campus Ceilândia. Área de Gestão Ambiental

Eneida Campos Felipe

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB – Campus Samambaia. Área de Eng. Sanitária e Ambiental

Andresa Cristina de Andrade

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB – Campus Gama. Área de Gestão Ambiental

Endereço⁽¹⁾: Quadra 401, conjunto 3ª, casa 06 – Recanto das Emas - Brasília - DF - CEP: 72630100 - Brasil - Tel: +55 (61) 82459137 - e-mail: diniz.thalita@hotmail.com

RESUMO

O Governo Federal realizou várias ações com o intuito de alavancar a melhora no sistema de saneamento. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) tem como objetivo fortalecer a Política Nacional de Saneamento, a respeito do serviço de resíduos sólidos urbanos (RSU), e a redução dos impactos ambientais causados pela falta de gestão. A universalização do saneamento deve começar, em especial nas áreas ocupadas por favelas de baixa renda, periferias das grandes cidades, pequenas cidades e áreas rurais, segmentos em que o déficit de saneamento ainda é alto. A universalização dos serviços de saneamento proporciona a população os serviços básicos como o acesso a água potável, o tratamento de esgoto e coleta do lixo. Identificar os aspectos sociais, econômicos e institucionais que, principalmente, têm influência na implementação das ações da Política Nacional de Saneamento e gestão de resíduos sólidos urbanos na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e entorno (RIDE / DF).

PALAVRAS-CHAVE: RIDE/DF, Política Nacional de Saneamento, Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos.

INTRODUÇÃO

A Política de Saneamento Básico (PNSB), Lei N° 11.445, de 5 de janeiro de 2007, é voltada a universalização dos serviços de saneamento, proporcionando a população os serviços básicos como o acesso a água potável, o tratamento de esgoto e coleta do lixo, como garantia mínima à proliferação desordenada de inúmeras doenças que colocaria em risco a saúde da população.

A RIDE/DF é composta por 19 municípios do Goiás (Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa), 03 de Minas Gerais (Buritis, Cabeceira Grande e Unai) e todo o Distrito Federal (com suas 31 Regiões Administrativas – Ras). A Figura 01 apresenta os limites geográficos da RIDE/DF. A RIDE do Distrito Federal e entorno (RIDE/DF) foi criada pela Lei Complementar N° 94, de 19 de fevereiro de 1998 e regulamentada pelo Decreto N° 7.469, de 4 de maio de 2011.

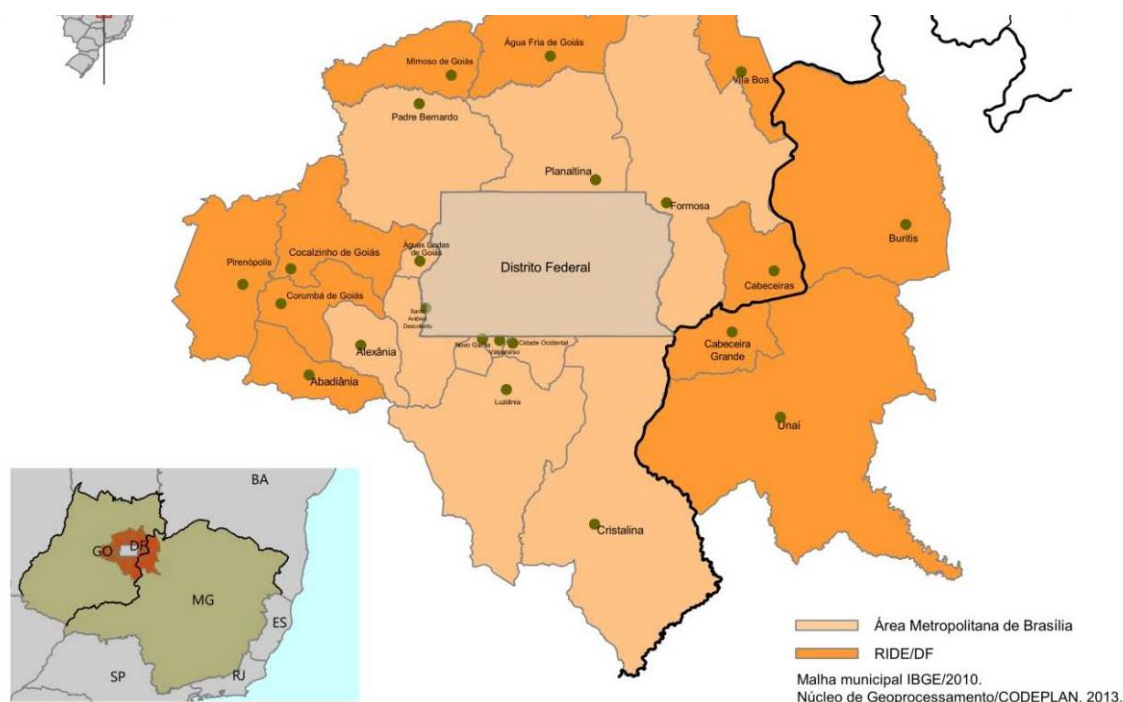


Figura 01: Limites geográficos da RIDE/DF.

Conforme explica Ribeiro et al (2010), tendo em vista o melhor gerenciamento dos aspectos relacionados ao uso do território e, com o intuito de minimizar os problemas urbanos, especialmente nas regiões conturbadas, o Governo Federal criou as Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE). No Brasil, oficialmente, por iniciativa de Lei, há três RIDES quais sejam: Distrito Federal e entorno, Petrolina (PE) - Juazeiro (BA) e a grande Teresina (PI). O papel da RIDE é articular ações administrativas do Governo Federal, Estadual e Municipal para promoção de projetos que objetivem as ações de desenvolvimento em escala regional. Cabe - a RIDE propiciar o ordenamento territorial e promover desenvolvimento integrado da região.

Segundo dados do censo demográfico de 2010, esta região possui uma área de 57.169 km² com uma população de mais ou menos 3.732.063 habitantes. Entre os municípios goianos mais populosos que compõem a RIDE/DF estão Luziânia (174,531 mil habitantes), Águas Lindas (159,378 mil), Valparaíso (132,982 mil) e Formosa (100.085 mil).

Um dos problemas que prejudica toda a sociedade nas cidades brasileiras e deveria tornar-se uma preocupação é o que fazer com (RSU) que são gerados diariamente nos municípios. Essa preocupação torna-se cada vez mais necessária, uma vez que as cidades estão enfrentando acelerado crescimento populacional e participação no crescimento do PIB, resultando em – entre outras coisas – aumento das quantidades de resíduos gerados.

De acordo com o IBGE (2010), 80% dos municípios brasileiros destinam de maneira incorreta seus resíduos sólidos, seja em lixões ou em aterros chamados de controlados. A política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) veio para deflagrar o fim desse tipo de destinação; as cidades precisarão possuir aterros sanitários que são unidades capazes de impedirem a contaminação do solo e do lençol freático, que captam e tratam o chorume e que coletam o biogás para produção de energia.

O Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2013, elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), apesar de uma legislação mais restritiva e dos esforços empreendidos em todas as esferas governamentais, a destinação inadequada de RSU se faz presente em todas

as regiões e estados brasileiros e 3.344 municípios, correspondentes a 60,0% do total, ainda fizeram uso em 2013 de locais impróprios para destinação final dos resíduos coletados.

Assim, procurou-se analisar a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, Lei Nº 1.2305, de 2 de agosto de 2010, a fim de averiguar as principais mudanças introduzidas e sua efetividade frente ao crescente problema dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) produzidos na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e entorno (RIDE/DF).

OBJETIVO GERAL

Verificar a situação de gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) nos municípios que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF) tendo em vista a efetivação das políticas públicas, especialmente a do Plano Nacional de Saneamento Ambiental (PLANSAB).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar os dados de gerenciamento dos RSU na RIDE/DF;
- Comparar as formas de gerenciamento dos RSU em razão da natureza jurídica do órgão responsável pelo gerenciamento e;
- Verificar os aspectos sociais presentes na RIDE/DF em razão da forma de gerenciamento dos RSU.

MÉTODOS

A pesquisa utilizou o método exploratório - tendo em vista que não houve nenhum estudo contemplando a PNSA - eixo de RSU na RIDE/DF. Foram realizados contatos telefônicos para as secretarias de meio ambiente dos municípios da RIDE/DF a fim de verificar a existência ou não dos conselhos de saúde, de meio ambiente e de desenvolvimento rural. O diagnóstico de saneamento - gerenciamento de RSU - foi obtido por meio de dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), principalmente da PNAD 2012, Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD), da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB 2012); da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) e dados sobre a economia solidária na Secretaria Nacional de Economia Solidária. Os planos diretores de desenvolvimento urbano dos municípios que integram a RIDE/DF trouxeram informações da política de uso da terra, o que tornou possível verificar como ocorre a gestão e o gerenciamento dos RSU em termos da definição de espaços oficiais de disposição de RSU.

RESULTADOS

O Estado do Goiás corresponde a 80% dos municípios que fazem parte da RIDE/DF e é relevante avaliar como está sendo dada a disposição final de resíduos sólidos desses municípios. Conforme o Atlas de Saneamento 2011, manejo de resíduos sólidos, produzido pelo IBGE, obteve-se que dos 19 municípios goianos, apenas 5 possuem aterro sanitário com capacidade de disposição final ambientalmente adequada, são eles: Abadiânia, Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás e Padre Bernardo. Entretanto, pelo Relatório de informações estratégicas, Nº. 002 - 03 maio de 2012, elaborado pelo gabinete de planejamento e gestão integrada do Ministério Público do Estado de Goiás, o município de Abadiânia dar a disposição dos RSU em um lixão, Alexânia em um aterro controlado, Cocalzinho de Goiás em um lixão e Luziânia em um aterro controlado. A Tabela 1 apresenta informações coletadas de como está sendo realizado o Gerenciamento dos RSU na RIDE/DF.

Observou-se o fato de que mesmo alguns municípios ainda não terem cumprido com a determinação para extinguirem seus lixões, isso não é um fator de empecilho para que nestes municípios tenha como, por exemplo, a presença de cooperativas de catadores de lixo, incentivo a coleta seletiva e a reciclagem, ou até mesmo um galpão ou pátio de triagem para os materiais recicláveis. O município de Pirenópolis/Goiás, apesar de não possuir um aterro sanitário assinou um Acordo de Cooperação Técnica para participar do Programa Água Brasil, uma parceria do WWF-Brasil com o Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil e Agência Nacional de Águas (ANA), que liberou recursos para a construção do galpão de triagem de resíduos sólidos coletados pelos catadores da associação CATAPIRI e, com isso, fortaleceu a capacidade produtiva e de gestão da cooperativa.

Em Brasília-DF, a área do Jockey clube é conhecida como o “lixão da Estrutural”, o art. 54 do PNRS estabelece que “a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º, deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta Lei”. Significa que a decretação do fim dos lixões no Brasil era até o ano de 2014 e sua substituição por aterros sanitários em todos os municípios brasileiros, contudo os lixões ainda funcionam em muitos municípios brasileiros, inclusive na RIDE/DF. No Distrito Federal, o aterro sanitário está sendo construído em uma cidade satélite, Samambaia, porém, o novo governo local ainda não sabe dizer quando a obra será finalizada.

A Cidade Ocidental implantou a coleta seletiva de lixo. Os catadores saíram do lixão, que agora é um aterro sanitário, e hoje trabalham selecionando materiais recicláveis. O novo modo de trabalho representou uma grande mudança na vida das pessoas que antes estavam trabalhando no lixão expostas a doenças.

Tabela 1 – retrato da geração e gerenciamento dos RSU na RIDE/DF

Unidade da Federação, Região Integrada de Desenvolvimento	Gerenciamento dos Resíduos Sólidos na RIDE DF			
	Toneladas de RSU coletado	Forma de gerenciamento	Triagem	Presença de cooperativa?
Brasília - Distrito Federal	3.46	Lixão	Sim.	Sim
Buritís – MG	15.675	Aterro Controlado	-	Sim
Cabceiras Grandes - MG	5.301	Aterro Controlado (Lixão)		-
Unaí – MG	61.904	Lixão	-	Sim
Abadiânia – GO	9.709	Aterro sanitário	Galpão de triagem.	-
Água Fria de Goiás - GO	2.551	Lixão	-	-
Águas Lindas de Goiás - GO	140.137	Aterro Controlado	-	Sim
Alexânia – GO	17.772	Aterro sanitário	Sim.	-
Cabeceiras – GO	5.873	Lixão	-	-
Cidade Ocidental - GO	50.944	Aterro sanitário	Sim.	Sim
Cocalzinho de Goiás - GO	12.207	Aterro sanitário	Sim.	-
Corumbá de Goiás - GO	4.530	Lixão	-	-
Cristalina – GO	36.045	Aterro Controlado	-	Sim
Formosa – GO	88.931	Aterro Controlado	Galpão de triagem.	Sim
Luziânia – GO	140.312	Lixão	Galpão de triagem	-
Mimoso de Goiás - GO	1.135	Lixão	Galpão de triagem	-
Novo Gama – GO	77.101	Aterro controlado	-	Sim
Padre Bernardo - GO	14.656	Aterro sanitário	-	-
Pirenópolis – GO	15.456	Aterro controlado	Galpão de triagem	Sim
Planaltina – GO	71.228	Lixão	-	Sim
Santo Antônio do Descoberto - GO	47.844	Lixão	-	Sim
Valparaíso de Goiás - GO	114.977	Lixão Encaminha o lixo para o aterro da Quebec em Cidade Ocidental.		-
Vila Boa – GO	3.492	Lixão	-	-

No DF, a CENTCOOP, que é a Central de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, que agrega cooperativas do Distrito Federal e Entorno de Brasília, é um empreendimento que busca os desenvolvimentos econômico, sustentável e solidário, visando à melhoria da qualidade de vida dos catadores e catadoras de materiais recicláveis e à ampliação da inclusão social e econômica destes agentes ambientais. De acordo com o site “Rota de Reciclagem”, há no DF mais de 20 cooperativas cadastradas e mais de 11 nos municípios da RIDE/DF realizando a reciclagem de embalagem longa vida, papel, metal, plástico e vidro. Os materiais recicláveis vêm de todos os lugares: órgãos públicos, outras cooperativas, dos catadores que coletam nas ruas e, recentemente, também do próprio Serviço de Limpeza Urbana (SLU), por meio da coleta seletiva. Este último trouxe mais benefícios aos catadores por se tratar de um maior volume e um resíduo mais selecionado o que implica em um resultado final mais satisfatório para os catadores.

Com o intuito de atender a PNRS e a determinação da obrigatoriedade de todos os municípios brasileiros desenvolverem Plano Municipal de Resíduos Sólidos como documento norteador da Política Municipal de Resíduos Sólidos, no DF foi criado o Consórcio Intermunicipal de Manejo dos Resíduos Sólidos e Águas Pluviais–CORSAP DF/GO, que abrange os 19 municípios goianos da RIDE/DF.

A criação da CORSAP é uma medida de ajuda aos municípios menores que não teriam condições de atender às exigências impostas pela PNRS. O consórcio tem por objetivo promover a gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos na região e viabilizar a coleta seletiva, a reciclagem e a destinação final dos resíduos não reciclados.

Na Figura 02 observa-se que as cidades com uma maior quantidade de RSU são Águas Lindas de Goiás, Luziânia e Valparaíso de Goiás, porém o município de Valparaíso do Goiás encaminha os RSU para o aterro sanitário que é operado pela empresa privada Quebec na Cidade Ocidental. No município de Águas Lindas de Goiás há a presença da Associação ASCCARGO, a qual realiza a reciclagem de metal, papel, plástico e vidro.

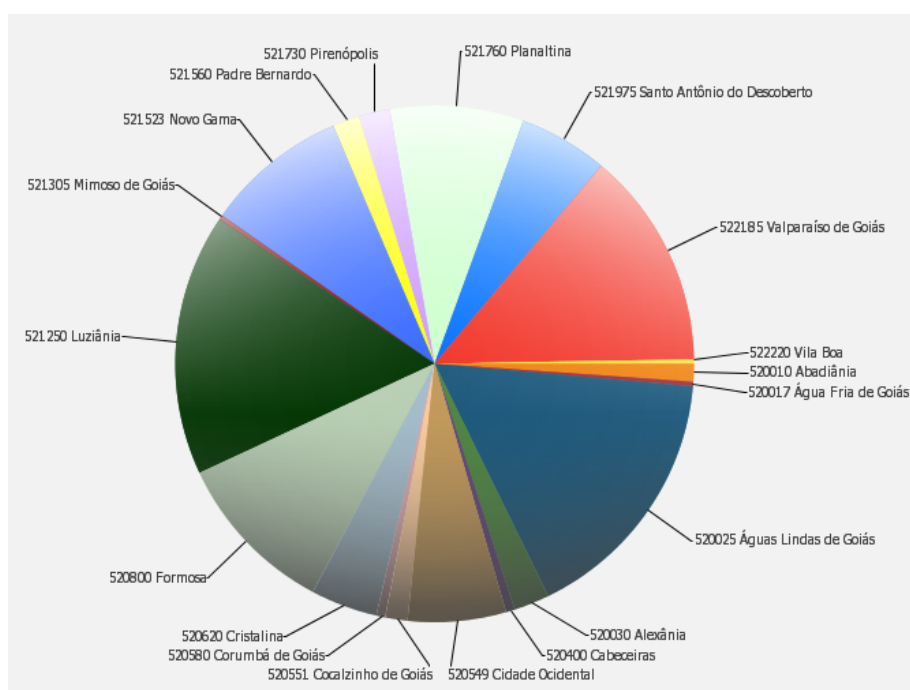


Figura 02 - Quantidade, em toneladas, de RSU gerados na RIDE/DF. Fonte: IBGE - Censos demográficos de (1991, 2000, 2010).

Em Águas Lindas do Goiás e em Luziânia os municípios com as maiores quantidades de RSU ainda não possuem destino final adequado ambientalmente, em Águas Lindas do Goiás há um aterro controlado operado pelo governo municipal, contudo nesse município há a presença de cooperativas de catadores de lixo.

Waldman (2008) sobre os catadores diz que eles são profissionais que atuam sem carteira assinada, têm pouco ou nenhum reconhecimento, mas são eles que alimentam poderosos setores industriais com matéria-prima

barata, reduzem os custos com limpeza urbana e os impactos ambientais da má disposição de resíduos nas cidades com seu trabalho.

No município de Luziânia há um lixão, porém não foi possível constatar se há a presença de cooperativas de catadores de lixo, contudo há um galpão de triagem onde os catadores conseguem fazer a separação dos materiais recicláveis evitando assim, que estejam realizando esse trabalho no lixão.

Silva (2007), o lixo, apesar de sua impureza característica, é passível de purificação. Essa purificação se dá por meio da reciclagem, necessitando, para isso, ser apropriado por seu agente transformador, o catador. No entanto, o catador que lida com este lixo no momento que ainda está impuro, antes da reciclagem, é “contagiado” por essa impureza e também se torna sujo. Não suficiente sua relação, com esse objeto impuro, o catador também é visto como um elemento pertencente à esfera dos não- integrados, aos supranuméricos. O lixo, um objeto inútil enquanto tal, o catador, tido como um sujeito inútil para o mundo, sem lugar na sociedade: relação duplamente excludente, levados em consideração os limites impostos pela sociedade. No entanto, assim como o lixo pode ser “purificado” pela ação da reciclagem e integrado no processo produtivo, o catador também pode ser “ purificado” e integrado à sociedade. Há de fato, uma homologia de posições entre os lugares ocupados pelos catadores na sociedade e o lixo no processo de produção, estando ambos, em um primeiro momento, descartados para a sociedade, e se configurando como um perigo para ela, e, em seguida, sendo reinseridos, reconquistando sua utilidade e voltando a fazer parte de sua dinâmica de reprodução.

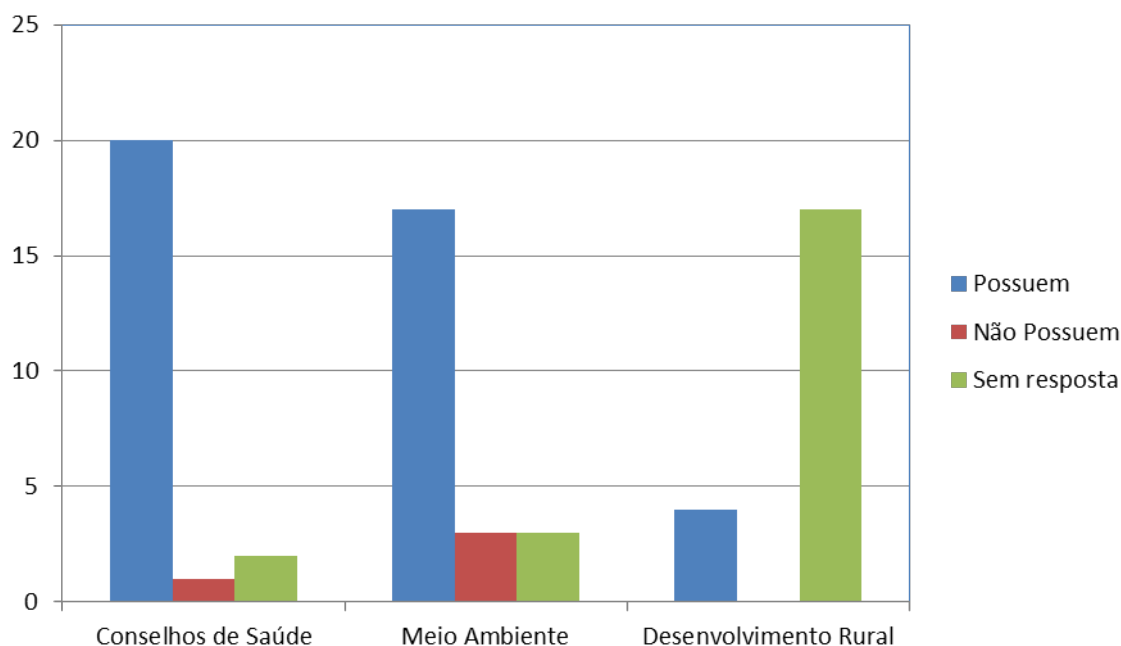


Figura 03 - Conselhos de Saúde , Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Na RIDE/DF.

A Figura 03 apresenta informações relacionadas à existência dos conselhos municipais de saúde, meio ambiente e de desenvolvimento rural. Verificou-se que quase na totalidade dos municípios da RIDE/DF possuem conselhos de saúde e de meio ambiente. Não se constatou que a existência dos conselhos municipais seja um fato para que exista uma boa gestão dos RSU.

CONCLUSÕES

Com base no trabalho realizado, inferi-se que o gerenciamento dos RSU na RIDE/DF ainda não são satisfatoriamente adequados à preservação ambiental. Apesar da Política Nacional de Resíduos Sólidos determinar a extinção dos lixões até o ano de 2014, concluiu-se que a maioria dos municípios não cumpriram com tal determinação. Observou-se ainda há execução de ações em resíduos sólidos sem prévio e adequado planejamento técnico-econômico, sendo esse quadro agravado pela falta de regulação e controle social no

setor. A ausência de Gestão de resíduos sólidos apresenta prejuízos ambientais e econômicos, pois, ainda, é deficitária e não tem avançado de maneira uniforme nas diversas regiões do país, como pode se observar na RIDE- DF

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ____, (2007). Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico**; Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm> Acesso em 28/04/2015.
2. ____, (2010). Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**; Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm> Acesso em 28/04/2015.
3. COLVERO, Diogo Appel. Análise das rotas tecnológicas existentes para os resíduos sólidos urbanos no município de cidade Ocidental /GO. 2014. 130f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Engenharia do Meio Ambiente da Universidade Federal de Goiás, 2014.
4. IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - 2008. Rio de Janeiro, 2008
5. Rota da reciclagem. Disponível em <<http://www.rotadareciclagem.com.br/>> Acesso em 28/04/2015.
6. ZANETI, Isabel Cristina Bruno Bacellar. As sobras da modernidade. Porto Alegre: Autora, 2006
7. Acesso em 28/04/2015 <<http://corsap-df-go4.webnode.com/>>
8. WALDMAN, Maurício. Reciclagem, preservação ambiental e o papel dos catadores no Brasil. In: Anais do VI Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental - Na Busca da Sustentabilidade, v.1. p. 1-16. Portp Alegre: ABES Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção Rio Grande do Sul, 2008.
9. SILVA, Pedro Henrique Isaac. Análise das relações recíprocitárias em cooperativas de catadores de lixo de Brasília. 2007. 131 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.